

REFORMA POLÍTICA
— E —
DIREITO ELEITORAL
CONTEMPORÂNEO

2

— Sumário —

APRESENTAÇÃO	9
Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, Carlos Eduardo Frazão e Rafael Nagime	

PREFÁCIO	11
Presidente do Supremo Tribunal Federal José Antonio Dias Toffoli	

Parte III **Direito Material Eleitoral**

Direitos políticos positivos

Novos contornos constitucionais do voto no Brasil:

a (salutar) adoção do voto facultativo	17
Thiago Lôbo Fleury	

O controle da suspensão de direitos políticos no âmbito do Tribunal Europeu de Direitos Humanos	39
Miguel Pérez-Moreno	
Tradução: Frederico Franco Alvim	

Reelegibilidade do chefe do Poder Executivo em municípios limítrofes e inelegibilidade reflexa	55
Fabrício J. Mendes Medeiros	

As inelegibilidades da Lei da Ficha Limpa e o princípio constitucional da proporcionalidade	67
Gustavo Severo	

A inelegibilidade prevista na alínea “j” do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar 64/1990	85
Eduardo Damian Duarte	

A improbidade administrativa como fundamento da Inelegibilidade: um (necessário) cartão vermelho para práticas desonestas	101
Abhner Youssif Mota Arabi	
Valter Shuenquener de Araujo	
O comportamento de agentes públicos em campanha eleitoral: condutas vedadas ou permitidas?	123
Daniane Mângia Furtado	
Condutas vedadas aos agentes públicos: cessão ou uso de bens públicos	141
Anderson Alarcon	
Guilherme Barcelos	
A suspensão do processo de registro de candidatura como imperativo de eficácia para o art. 26-c da lei complementar 64/90	153
Ruben Antônio M. V. Mariz	
A responsabilidade eleitoral dos influenciadores digitais pelo uso indevido dos meios de comunicação	167
Frederico Franco Alvim	
Volgane Oliveira Carvalho	
Ainda sobre religião e política e sobre o “abuso do poder religioso”: o preocupante cerceamento da liberdade de expressão e de manifestação política de membros de comunidades religiosas pela Justiça Eleitoral	203
Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro	
Aspectos relevantes da inelegibilidade da alínea ‘g’ do art. 1º, I, da LC nº 64/90	249
Luiz Eduardo Peccinin	
As inelegibilidades legais: relação entre as alíneas g e h	273
Rodrigo López Zilio	
As consequências da identificação de candidaturas laranjas: estudo de caso sobre cassação e desincentivos à representatividade feminina na política	293
Marilda de Paula Silveira	

Parte IV
Direito Processual Eleitoral

Apontamentos sobre litispendência (art. 485, V, do CPC/2015) e reunião processual (art. 96-B da Lei nº 9.504/97) no Direito Eleitoral: questões controvertidas. Cotejo entre representação por captação ou gasto ilícito de recursos financeiros de campanha (art. 30-A da Lei nº 9.504/97) e ação de investigação judicial eleitoral (art. 22 da LC nº 64/90)	321
Tarcisio Vieira de Carvalho Neto	
Kleber Lacerda Filgueiras Tavares	
Possibilidade (ou não) de se apurar fraude em AIRC	341
Andréa Ribeiro de Gouvêa	
Impugnação de registro de candidatura: uma análise da prática brasileira, seus paradoxos e efeitos colaterais para a democracia	353
Orlando Moisés Fischer Pessuti	
Reclamação, impugnação e recurso em matéria eleitoral	371
Paulo Henrique dos Santos Lucon	
Embargos de declaração nos processos eleitorais sob a égide do Novo Código de Processo Civil	395
Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro	
A natureza coletiva da ação eleitoral	407
Flávio Cheim Jorge	
O § 2º do art. 489 do CPC/2015 e a ponderação nos casos de prestação de contas na Justiça Eleitoral	423
Humberto Martins	
O procedimento da AIJE e a produção da prova pericial: um diálogo difícil com o CPC	433
Luiz Fernando Casagrande Pereira	

O efeito suspensivo dos recursos sob a ótica da Minirreforma Eleitoral de 2015 e do novo Código de Processo Civil	445
Marcelo Vieira de Campos	
Richard Pae Kim	
 Representação prevista no art. 96 da Lei nº 9.504/97: uma análise conjuntural diante das peculiaridades da jurisdição eleitoral e da pluralidade das ações previstas na legislação eleitoral	467
Lília Maria da Cunha Fernandes	
 AUTORES – Volumes I e II.....	481